

<http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2019.14.5-6>

APRESENTAÇÃO

O ano de 2019 é particularmente especial para o nosso Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos Humanos da Unijuí, pois iniciamos a primeira turma de nosso curso de Doutorado. Após 7 anos da criação do Mestrado, o esforço de muita gente transformou este projeto em realidade. A Revista Direitos Humanos e Democracia foi criada neste contexto, no ano de 2013, para colaborar na transformação de nossa Universidade num importante centro de pesquisa e divulgação científica nas diversas áreas que interdisciplinarmente compõem o núcleo estruturante do que sejam os direitos humanos e a democracia. Pesquisas teóricas de diferentes matizes têm habitado e dado vida ao nosso periódico, sempre com seriedade acadêmica e comprometidas com análises críticas das categorias enfrentadas.

Manter o foco na democracia e nos direitos humanos é, em nosso entendimento, a grande missão de nossa Revista, sobretudo e especialmente agora que o mundo vem enfrentando uma onda bem significativa de movimentos populistas de extrema direita, inclusive no Brasil, que desdenham das virtudes da democracia e apelam, cada vez mais, para o fortalecimento das maiorias nacionais, homogeneizadoras, e elegem, como sempre, os seus inimigos entre as diferentes minorias sociais. Apelos à Pátria, Povo, Família, Deus, Nacionalidade, “Homens de Bem”, e todas as demais formas expressas em grandes narrativas são um sinal evidente desse novo tempo em que até o povo parece estar contra a democracia.

Várias publicações recentes que se ocupam desse fenômeno têm deixado estampada essa preocupação já em seus títulos, como se o alerta e o perigo nelas denunciado já devesse ser apresentado subitamente. Os títulos das obras dizem praticamente tudo. Assim são os livros de: Yascha Mounk (2019), *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*; Daniel Innerarity (2017), *A política em tempos de indignação: a frustração popular e os riscos para a democracia*; Manuel Castells (2018), *Ruptura: a crise da democracia liberal*; David Runciman (2019), *Como a democracia chega ao fim*; Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), *Como as democracias morrem*; Sergio Abranches e outros (2019), *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. A denúncia de todas estas obras é evidente: a democracia liberal está em crise e sendo enfraquecida em dezenas de países. Não é por outra razão que os direitos humanos, núcleo substancial de qualquer democracia, também tenha recebido ataques de todos os tipos. Argumentos e movimentos políticos neofascistas adquiriram potência e têm propalado uma guerra aberta contra as minorias de todos os tipos.

O projeto democrático é indispensável para que processos inclusivos e emancipatórios se realizem. Não deixemos nossa democracia morrer em aparentes tempos de normalidade democrática. É preciso lutar e denunciar os arroubos contra a democracia e os direitos humanos em todas as frentes, acadêmicas ou não. A democracia representativa precisa ser substancializada por novas modalidades de participação, capazes de reconectar o dilema da vida mundana dos cidadãos com a agenda política institucional. As novas tecnologias podem, para além de sua missão narcísica e produtiva, ser muito bem utilizadas para a construção de novos modos de comunicação pública e decisão política, permitindo fluxos contínuos de interação e formas mais efetivas de transparência com as coisas do Estado. É praticamente impossível pensar, num futuro muito próximo, a qualidade e a intensidade das democracias sem sua relação direta com as novas mídias, apesar dos novos riscos que isso possa suscitar. Numa sociedade cada vez mais individualizada, o grande desafio democrático é conectar pessoas, responsabilizá-las, sensibilizá-las em relação aos problemas comuns. O Direito tem a missão de garantir que as regras desse jogo sejam trans-

parentes, que o direito de todos, independentemente de qualquer diferença, seja igualmente uma preocupação da República. O Direito e a política só podem aprofundar suas promessas e suas conquistas em ambientes democráticos.

Desde que foi criada a nossa Revista tem um compromisso declarado com a democracia e os direitos humanos, alinhando sua proposta editorial aos debates jurídicos crítico e interdisciplinar, capazes de denunciar os lugares-comuns do Direito e contribuir para a construção de uma cultura jurídica constitucionalmente emancipatória. A cada edição será renovado este compromisso com o presente e o futuro de nossa democracia, denunciando, especialmente pelo viés da pesquisa jurídica, as injustiças sociais que deixam milhões de brasileiros sem esperança, que ameaçam os direitos das minorias e que revelam um tipo de relação histórica espúria que, pública ou veladamente, precariza a legitimidade do próprio Direito e das suas formas de representação material e institucionalmente. É preciso levar a sério o Direito Constitucional Brasileiro. É preciso levar a sério o presente e o futuro de nossa democracia.

Ijuí, dezembro de 2019.

Doglas Cesar Lucas
Editor